



ELEIÇÕES, ESQUERDAS E PODER POPULAR

Rafael Litvin Villas Bôas*

A despeito de a lógica do marketing predominar nos discursos e imagens do período da campanha eleitoral, a conjuntura incita a reflexão sobre o projeto de futuro para o país e para a classe trabalhadora. A dinâmica dos partidos, suas coalizões, mais do que suas promessas, explicitam interesses de classe, e os projetos de poder que cada partido representa.

Por esse motivo, a conjuntura se torna momento oportuno para aprofundar determinadas questões de interesse da esquerda brasileira, como a avaliação das possibilidades e limites do fortalecimento do protagonismo da classe trabalhadora na construção de um projeto popular, que tenha como meta a democratização radical das estruturas de poder, da economia, da cultura, da educação, da saúde e da terra.

Nesse sentido, a formulação da estratégia da esquerda não deve desconsiderar, sob o risco de ignorar as precipitações explosivas da luta de classes, o significado político dos protestos massivos de junho de 2013. Além da manifestação generalizada de insatisfação que tomou as ruas, e da disputa de sentidos que ocorreu no calor da hora, com ampla gama de posições, desde as fascistas até as da esquerda radical, interessa também compreender a eficácia da manobra de contenção da “desordem”, até o momento da realização do evento da Copa do Mundo.

Enquanto os protestos massivos refluíam, a batalha midiática continuou de forma intensa nos meses seguintes. Acuada, na retaguarda, atacada nas ruas, e não podendo admitir a justeza política da ofensiva contra si, dado que ela explicitava sua posição reacionária na luta de classes brasileira, a mídia empresarial passou a ter que se posicionar à distância dos conflitos, filmando das janelas de prédios, ou infiltrando repórteres com câmeras escondidas no meio da população.

Na medida em que atacava, em seus jornais e telejornais, as tentativas espasmódicas de um governo titubeante que tentava atender algum clamor das massas, como a proposta da constituinte, demolida pela imprensa e pela extrema direita em quarenta e oito horas, a mídia empresarial elegeu a “baderna” e seus agentes como o foco central da cobertura dos protestos de junho. Em pauta, retornavam os temas tradicionais:

* Professor da Licenciatura em Educação do Campo e do Programa de Pós-Graduação em Literaturas da Universidade de Brasília. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Coordenador do grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais.

a defesa da propriedade privada, as liberdades individuais (e do capital), a representação do povo nas ruas como um espaço de perigo, conflito, instável, explosivo, irracional, incapaz de pautar com legitimidade questões que perdurem ao tempo das ruas.

Na outra ponta, a cobertura do aumento exponencial do investimento governamental em equipamentos, treinamentos e armas visando “a segurança do cidadão” ante o descontrole das massas. A modernização da Lei de Segurança Nacional, do período da ditadura, se transformando na doutrina legal da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), passou a encarar os movimentos sociais como potenciais inimigos internos, alvos de monitoramentos de toda ordem. O treinamento do exército brasileiro no Haiti encontrava, enfim, o portão aberto para entrada das tropas militares no meio urbano brasileiro.¹ O reencontro de soldados com a sociedade civil se dava agora em contexto de expropriação popular das terras urbanas, gentrificação e especulação imobiliária galopante. Contra a marcha destrutiva do “progresso” a Direção do MST do Rio de Janeiro divulgou carta em que atacou a consolidação de um Estado de Exceção, ao criticar o legado da Copa do Mundo:

“O legado da Fifa para o Brasil será a sedimentação de um estado de exceção, legitimado pelo sistema judicial, onde cidadãos podem acordar com policiais na sua porta para a decretação de suas prisões como garantia da paz e da ordem do Estado. A paz e a ordem são criadas através da supressão dos direitos de livre manifestação e participação política, e pela prisão dos que defendem a democracia. Mas como nos lembra Marcelo Yuka, ‘Paz sem voz não é paz é medo!’. Queremos aqui reiterar que nos recusamos a silenciar. Nossa história e nossas conquistas foram forjadas na luta, e na luta seguiremos”.²

A despeito da diferença de formatos de governo, entre ditadura e a democracia representativa, o discurso ufanista em torno da ideia de uma potência que se desenvolve em passos lentos, porém épicos, contrastado com a indignação crescente daqueles que vivenciam o sentimento de fraude diante de um espetáculo de promessas imagéticas que não lhes supre as necessidades mínimas de suas vidas precárias, tornavam o chão histórico da década de 1960, e tornam o atual, um terreno instável, transpassado de conflitos, um campo minado de contradições que, a qualquer momento, podem voltar a explodir.

Esse *ad continuum* entre o passado e o presente reforça a tese de Florestan Fernandes de que a redemocratização do país significou mais um ciclo de contrarrevolução preventiva, e não um processo de ruptura radical com o passado. A manutenção da prática da tortura, o aumento da violência, a não punição dos torturadores e assassinos do Estado comprovam isso³.

¹ Marsílea Gombata, “Haiti serviu como laboratório para política de UPPs”. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/haiti-serviu-como-laboratorio-para-a-politica-de-upps-7604.html>> .

² Disponível em : <http://www.mst.org.br/node/16290>.

³ TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

Neodesenvolvimentismo é a expressão dessa suposta reedição do passado, com a diferença que, no tempo presente, essa fase implicaria na superação do estágio anterior, sobretudo das décadas de 1990 e 2000, do neoliberalismo. Em tese, conforme analistas pró-governo da vez, esse seria o mérito da gestão petista no governo federal: ter superado os limites do neoliberalismo fortalecendo o poder de intervenção do Estado no financiamento de obras de infraestrutura (PACs), no financiamento da educação superior (Reuni e Proifes), aumentando o salário mínimo, ampliando o crédito e reduzindo tarifas para induzir o aumento do consumo interno, desconcentrando a renda mediante investimento em políticas sociais. O Partido dos Trabalhadores teria, então, governado de forma mais eficiente para os mundos do capital e do trabalho, e com isso, teria imposto à política brasileira um novo limite, a ser superado pelas forças de esquerda.

Ildeber Avelar fala em esgotamento do modelo de governança que nomina de pacto lulista⁴:

“O pacto lulista se ancora na incorporação de uma ampla parcela dos mais pobres ao consumo - ao consumo, não à cidadania, ou em boa parte dos casos à cidadania entendida como consumo - sem que nenhum privilégio dos mais ricos seja tocado. Isso se torna possível, claro, somente num contexto em que o bolo esteja continuamente crescendo, o que ocorreu na década passada graças ao boom das commodities que o Brasil exporta em grande quantidade. Muitas das políticas de ascensão social do lulismo foram instrumentos de uma proletarização de formas de vida e de convivência com a floresta ou com o semiárido, por exemplo, que tanto o neoliberalismo de Fernando Henrique como o desenvolvimentismo petista não podiam senão ver como pré-capitalistas ou pré-modernos, predestinados a morrer, em suma. No caso da Amazônia, essa troca (a passagem de um modo de vida com certa conversa com o entorno selvático a outro modo de vida no qual esse entorno serve como matéria-prima e substrato sacrificial de uma modernização movida a hidrelétricas, pecuária extensiva e soja) se produz intensamente durante os anos Lula e chega neste momento, não é exagerado propô-lo, ao seu esgotamento como pacto”.

Trabalhamos com a perspectiva de que o neodesenvolvimentismo é um estágio do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que não configura rompimento com características estruturais do período anterior, de neoliberalismo, porém, se distingue em função de determinadas ações que lograram implicações diretas na dinâmica de classes da sociedade brasileira. Conforme Giovanni Alves, o neodesenvolvimentismo no Brasil, como modo de “revolução passiva” do capitalismo brasileiro nas condições históricas da crise do capitalismo neoliberal, repôs de modo farsesco, o traço ontogenético do capitalismo hipertardio de feição colonial-escravista: a *modernização conservadora*.⁵ Segundo Fiori:

⁴ Idelber Avelar, “O enigma de junho, parte III: os protestos de 2013 e a quebra do pacto lulista”. Disponível em:

<http://www.idelberavelar.com/archives/2014/04/o_enigma_de_junho_parte_iii_os_protestos_de_2013_e_a_quebra_do_pacto_lulista.php> .

⁵ Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/07/neodesenvolvimentismo-e-a-nova-miseria-espiritual-das-massas-no-brasil/novo>>.

“Na prática, o ‘neo-desenvolvimentista’ acaba repetindo os mesmos erros teóricos do passado e propondo um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 50. Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o Estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes “campeões nacionais”; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E finalmente, com relação ao papel do estado, o ‘neo-desenvolvimentismo’ propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações”.⁶

No texto “Neodesenvolvimentismo e a miséria espiritual das massas”, Alves alega que os dez anos de governo federal petista fortaleceu a hegemonia burguesa no país, ao impor o mais recente ciclo de modernização conservadora, o neodesenvolvimentista, identificado por aspectos como o aumento real do salário mínimo, o aumento do emprego formal, majoritariamente de baixa qualificação, e a redistribuição de renda por meio de programas sociais de combate à pobreza extrema (Bolsa Família).

Todavia, no campo das esquerdas, há bastante mal estar com a implementação da política neodesenvolvimentista, que financia com recursos públicos (via BNDES) os empreendimentos do grande capital, enquanto não abre espaço para nenhuma conquista estruturante pelas classes trabalhadoras. Conforme o militante e filósofo Ademar Bogo⁷:

“Vivemos este período da ausência de pretexto para divergir com o projeto desenvolvimentista de aparência nacionalista. Vemos organizações de trabalhadores e setores populares sentirem a dor de cada crítica, como se fosse uma chicotada dada na própria mãe. Considerando que a ideologia é o recurso utilizado pela burguesia para obscurecer a verdade e enganar as massas, concluímos que, poucas vezes na história do capitalismo como agora, organizações se utilizam do mesmo recurso para enganarem-se a si próprias”.

Efetivamente, no âmbito da cultura política, o pressuposto de participação popular no projeto neodesenvolvimentista ocorre, exclusivamente, pela via do consumo, pela condição, enquanto massa portadora de crédito, de dinamização do fluxo de mercadorias. Não há qualquer sinal de manobras do governo em prol da construção de formas de organização do poder popular, a não ser a tentativa mal fadada e desarticulada com as forças sociais, de aprovação constitucional dos mecanismos dos conselhos populares com presença de movimentos sociais, na organização interna das empresas e demais organizações estatais. A manobra foi acusada pela imprensa mais agressiva de bolchevique, pois teria como fim último a tomada do poder do Estado pelos soviets (!)⁸. A

⁶ José Luis Fiori, “A miséria do “novo desenvolvimentismo””. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-miseria-do-novo-desenvolvimentismo-/20887m>>.

⁷ Ademar Bogo, “Achar um pretexto”. Disponível em : <http://www.brasildefato.com.br/node/28837>.

⁸ “Criação de Conselhos Populares, os "soviets" -- a face bolivariana de Dilma”, disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/140526-criacao-dos-conselhos-populares-os-soviets-o-lado-eleitoreiro-do-decreto-bolivariano-de-dilma.html>>; “Governo quer fundo para bancar

interpretação não poderia ser mais paranoica, dada a distância da prática política do PT, das forças populares de esquerda, desarticulada dos movimentos sociais, buscando de rompante impor uma votação no parlamento sem qualquer poder de pressão das ruas. A tática predominante é a do lobby, da negociata de gabinete, da troca de favores. Essa dinâmica arcaica de fazer política, constituinte das elites nacionais, parece ser um dos limites que evidenciam o esgotamento do ciclo de poder vigente, incapaz de dialogar com as contradições que desembocaram nos protestos massivos. A força política de um poder instituinte que vise superar dialeticamente, se contrapondo aos impasses gerados pela tática viciada da conciliação de classes, pode estar insurgindo entre nós, a partir de outros métodos, tradições e princípios⁹.

Não sendo o propósito do texto uma visão extensa e programática dos pressupostos estruturantes para a construção de um programa de esquerda, seguem duas providências para uma plataforma socialista capazes de se contrapor à lógica neoliberal do projeto neodesenvolvimentista em andamento, e fortalecer a perspectiva de construção do poder popular.

1) Romper o monopólio empresarial dos meios de comunicação e da produção dos bens simbólicos

Partidos e movimentos sociais têm sonogado, secundarizado, ou se omitido da tarefa de confrontar as formas e efeitos da Indústria Cultural no Brasil, desde o momento em que ela se consolida de modo massivo, por intermédio do ciclo de modernização conservadora imposto por militares e empresários na década de 1960. Desde então, essa frente da organização do poder assumiu papel crescente na dinâmica do bloco histórico hegemônico. Todavia, a despeito da centralidade da Indústria Cultural desde o penúltimo ciclo de modernização conservadora, o impacto destrutivo sobre as organizações que articulavam de forma orgânica e produtiva as esferas da cultura e da política antes do golpe de 1964¹⁰ repercute até hoje, mediante os traumas decorrentes da dissociação dessas esferas.

A Cultura passou a ser tratada, desde então, como assunto da orbita do entretenimento, da indústria da diversão espetacularizada, a tal ponto que é comum notarmos nos documentos das organizações de esquerda a reivindicação pelo acesso aos bens culturais, e não mais pelo domínio e socialização dos meios de produção. Naturalizou-se a ideia de que o campo da cultura é restrito a um universo específico e habilitado de trabalhadoras, e a ideia de democratização da cultura não é capaz de romper com a ideia de realização em escala massiva e frequente de festivais, mostras e eventos

conselhos criados por decreto bolivariano”, disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/planalto-quer-agora-fundo-para-bancar-conselhos-populares>

⁹ Bruno Cava, “O continente desconhecido da esquerda”. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1658>.

¹⁰ Me refiro aos processos desenvolvidos pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), de Pernambuco (1959/64) e pelos Centros Populares de Cultura (1961/64) em articulação com movimentos sociais radicais como as Ligas Camponesas.

do tipo, sem articulação orgânica e contínua com a classe trabalhadora organizada em movimentos sociais e sindicatos.

Atualmente o cenário é fértil quanto a existência de coletivos de produção artística de esquerda, ao barateamento dos equipamentos e instrumentos, mas o salto rumo a uma política de alianças que possa contribuir para o fortalecimento do poder instituinte da classe trabalhadora, considerando o campo da produção dos bens simbólicos como estratégico para o fortalecimento da luta de classes, precisa ser elaborado e consolidado. Hoje não vamos além de exemplos esparsos, embora significativos.

De todo modo, todo esforço no campo da socialização dos meios de produção será em vão se não ocorrer em paralelo a quebra do monopólio dos meios de comunicação, que impedem a circulação de informações, obras de artes, e outras formas culturais, para o amplo espectro da sociedade brasileira. Nesse campo, nos deparamos com as marcas da tradição colonialista, do patrimonialismo, do clientelismo, do coronelismo, que até hoje garante que o poder no Brasil se constitua pela articulação entre o domínio da terra, como meio de produção e reserva de valor, do poder político legislativo e executivo, dos meios de comunicação de massa, e mais enfaticamente, desde as últimas décadas, da aliança com flancos do capital transnacional, sobretudo em setores em que a exportação de *commodities* é intensamente lucrativa, como o mercado de sementes e minérios.

A tradição conciliatória que caracterizou as forças políticas de centro-esquerda que lograram chegar ao poder no Brasil, sempre impeliu os governos ao apoio de forças estruturantes do capitalismo brasileiro, como a relação estabelecida com os ruralistas e todo o setor do agronegócio e a posição de defesa da manutenção do monopólio dos meios de comunicação de massa brasileiros em mãos de poucas empresas, de origem familiar, geridas por caciques políticos estaduais ou regionais da velha tradição oligárquica da política coronelista brasileira, com capital investido no ramo do agronegócio.

2) Realizar uma política efetiva de reforma agrária popular e soberana

A questão agrária estava no centro do debate das Reformas de Base propostas na década de 1960. Os documentos liberados recentemente pelos órgãos de inteligência do período atestam que a reforma agrária era tida como a principal ameaça de transformação da sociedade, por parte dos donos do poder. O período atual é bastante divergente, marcado por uma espécie de contrarreforma agrária, em que o agronegócio expande seu domínio territorial, e busca, perante a sociedade, legitimar sua forma de atuação com campanhas publicitárias, como a “Sou Agro”¹¹.

Os governos petistas mantêm a dicotomia dos ministérios dos pobres e dos ricos da agricultura brasileira, o ministério da agricultura familiar, voltado para administração do “problema” que representam os movimentos sociais do campo, e o das grandes corporações transnacionais do agronegócio. Alegam investir na qualificação dos assentamentos, mas refrearam a expansão territorial da Reforma Agrária, na medida em que as terras estão sendo adquiridas pelo setor exportador de *commodities*. O índice de

¹¹ Disponível em: <http://souagro.com.br/>

desapropriação do Governo Dilma foi dos menores do período da redemocratização, fez tanto pela Reforma Agrária quanto os governos militares anteriores.

O modelo é insustentável. Em poucos anos mais de 25 mil escolas foram fechadas no meio rural brasileiro, o êxodo rural prevalece, aumentando a massa sobrando e precarizada nas cidades e a destruição dos biomas continua sendo justificada como necessária para a expansão do progresso no campo brasileiro. O modelo neoextrativista é apontado como a face agrária da dimensão arcaica do neodesenvolvimentismo. Eduardo Gudynas¹² define o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. No modelo proposto pelo autor, o Estado tem um papel ativo, buscando sua legitimação por meio da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada, apresentando afinidades com a emergência de governos autodefinidos como progressistas.

As manobras articuladas entre governo federal, com protagonismo do mediador do Partido Comunista do Brasil Aldo Rebelo, e a bancada ruralista para aprovação do Código Florestal brasileiro é exemplo do problema, bem como os conflitos jurídicos e bélicos contra povos indígenas, quilombolas, pescadores, camponeses, entre outros.

A possibilidade de continuidade do projeto pela via da direita, sem concessões, ou diálogo (PSDB) promete na campanha a criação de um superministério da agricultura para agradar o poderoso setor do agronegócio e tentar dirimir o apoio da senadora Katia Abreu, líder da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) à base de apoio do governo Dilma. Aécio Neves promete aos fazendeiros e corporações que o “super órgão” terá poder equivalente ao dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, não sendo, portanto, subordinado às decisões deles.

No limite, não há perspectiva de construção da Reforma Agrária sem a organização do poder popular, que redefina a relação da classe trabalhadora do campo com o Estado e com a cidade.

O limite como impasse que pode ser superado pela luta de classes

O ponto crucial do impasse é que não é possível superar dialeticamente os limites a que chegamos sem o fortalecimento do protagonismo da classe trabalhadora e da defesa de seus interesses, estruturais. Para Giovanni Alves “o salto qualitativamente novo no projeto neodesenvolvimentista de combate à desigualdade social e reforma social no país exigiria alterar a própria correlação de forças sociais e políticas entre os interesses do trabalho e do capital na sociedade brasileira (o que está muito distante de ocorrer)”¹³.

Se o pressuposto do neoliberalismo foi, no âmbito da superestrutura, a conciliação com as instituições da classe dominante para maximizar o modus operandi de extração de mais valia via exportação de commodities da periferia ao centro, o esquema pode estar

¹² “Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalências del progresismo sudamericano”, disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/3824_1.pdf.

¹³ Op. cit.

fadado a ruir na próxima onda mais forte da crise mundial do capital, que rebaixe o preço das commodities.

Em uma sociedade de consumo de massas, viciada na produção de desejos e necessidades por meio da oferta de mercadorias, que a rigor não pode suprir, o saldo negativo de uma relação mercantil com a classe trabalhadora é que passa a não haver posição correspondente entre posição de classe e opção eleitoral. A opção do voto é uma atitude que atende a hábitos de consumo, direcionado ao atendimento das necessidades do público alvo, de modo que o discurso, aparentemente, mais próximo da satisfação imediata das necessidades passa a ter mais impacto. O código ético do voto na democracia representativa é do consumo descartável: vota-se em quem se vê mais na televisão, ou se escuta mais no rádio, ou em quem produz mais material de propaganda para fixar o número na mente do eleitor, ou em quem fizer a melhor promessa. Ou, se alterna o voto para que haja “novidade” na política, mediante a crença de que existe efetiva alternância de poder na democracia representativa do Estado burguês.

Quais forças seriam capazes de alterar a dinâmica do jogo: uma força exclusivamente partidária tem esse poder? Qual papel os movimentos sociais ainda podem cumprir para a elevação da cultura política brasileira e para consolidação de formas políticas da democracia participativa? É possível que algo mude efetivamente na sociedade brasileira sem o protagonismo da classe trabalhadora? O exame da correlação de forças na atual conjuntura não indica que, para além de um jogo de posições táticas, o resultado das eleições possa trazer um processo de mudanças qualitativas para a luta, pelo contrário, ao que tudo indica, ou nos mantemos no patamar em que estamos, ou regredimos.

O desafio, nos campos de batalha das guerras de posição e de movimento, é superarmos o limite atual, que já não mais suporta as contradições estruturais que as opções por este modelo de governabilidade forjaram, sendo as forças de esquerda capazes de erigir novas trincheiras, novos limites, no horizonte da luta de classes. Nesse sentido, saber preservar o legado do que foi construído, sem fazer nenhuma concessão à pauta liberal e regressiva, e avançar em conquistas conjunturais e estruturais da luta democrática é uma providência não apenas necessária, como fundamental. Segundo Ademar Bogo, no emblemático texto “Achar um pretexto”: “É hora de acharmos um pretexto rumo ao socialismo antes que a marcha desenvolvimentista se transforme na última morada das forças que têm um mundo a ganhar”.